



Planejamento Estratégico do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Equipe responsável pelo documento:

Manuel Amaral Neto (IEB)

Katiuscia Miranda (IEB)

Cláudia Calório (Consultora)

Leandro Valarelli (Consultor)

Belém

Agosto de 2017

Realização:



Apoio:



Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. MOTIVAÇÕES E PROCESSO	3
1.2. A ABORDAGEM DE ESTRATÉGIA	4
2. ANÁLISE DE CONTEXTO	5
2.1. OPORTUNIDADES	5
2.2. AMEAÇAS	6
2.3. FORÇAS DO CAMPO	7
2.4. FRAGILIDADES	7
2.5. DESAFIOS	7
2.6. ATORES CHAVES / POSICIONAMENTOS.....	9
3. IDENTIDADE – MISSÃO, VISÃO E VALORES	11
3.1. MISSÃO	11
3.2. VISÃO	11
3.3. VALORES / PRINCÍPIOS.....	11
4. TEORIA DA MUDANÇA E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
4.1 . TEORIA DA MUDANÇA	13
4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	16
5. PLANO DE AÇÃO (2017/2019).....	20

1. INTRODUÇÃO

1.1. MOTIVAÇÕES E PROCESSO

As experiências de Manejo florestal comunitário na Amazônia não são novas. No entanto, só passaram a ter mais visibilidade e peso nos debates sobre a sustentabilidade nas últimas duas décadas. Neste período, um conjunto de atores sociais e políticos vem debatendo, propondo e fomentando junto ao estado, nos âmbitos federal e estadual, a implementação de políticas públicas consistentes que apoiem e promovam o manejo florestal comunitário familiar, dada a significativa parcela do território na região que está sob o domínio de comunidades e povos tradicionais da Amazônia.

Desde 2011, algumas frentes de debate formais foram estabelecidas. No estado do Pará, uma série de reuniões de grupos de trabalho, oficinas regionais e seminários ocorreram visando o debate e a conformação de um Programa Estadual de MFC (PEMFCF). No plano federal, vários processos de diálogo foram estabelecidos junto ao Ministério do Meio Ambiente, Serviço florestal Brasileiro, ICMBio e INCRA, que são as instâncias do governo, diretamente responsáveis pela Agenda do MFCF. Estes processos não têm sido lineares: algumas vezes avançam e criam oportunidades, outras vezes retrocedem e paralisam.

Diante deste contexto de incertezas, as várias instituições da sociedade civil que atuam no tema e que vêm se articulando em maior ou menor grau ao longo deste período, decidiram lançar mão da experiência acumulada, a partir dos anos 90, pela sociedade civil brasileira e internacional de criação de observatórios. Para enfrentar os limites institucionais dos processos de diálogo e formulação de políticas públicas e para ampliar a força das agendas e dos argumentos da sociedade civil, os observatórios mostraram ser espaços valiosos de acúmulos de força da sociedade civil, mediante a produção de informação e análise qualificadas, a capacitação das organizações sociedade civil e a incidência e o controle social sobre as ações e políticas de estado. Assim cada vez mais, os observatórios vem se constituindo como espaços de múltipla funcionalidade, desde atuar como fonte e acervo de informação e conhecimento especializado, gerir sistemas de indicadores, monitorar setores ou temáticas, servir de ponto de convergência e referência de conhecimento, qualificar e capacitar pessoas, oferecer suporte ao diálogo até a mobilização social.

Neste sentido, durante o Seminário Políticas Públicas para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar realizado em Belém nos dias 27 e 28 de setembro de 2016, debateu-se uma a Agenda Mínima para o fortalecimento do MFCF no estado do Pará que pudesse ser levada adiante por um observatório que congregasse tanto organizações comunitárias que realizam o manejo florestal como Ongs e instituições de pesquisa.

Com apoio da CLUA foi possível iniciar o processo de planificação estratégica do observatório, coordenado pelo IEB, e que resultou na realização de três oficinas de trabalho, entre abril e julho de 2017, envolvendo um total de 23 organizações, representantes dos diferentes segmentos da sociedade tais como entidades representativas de comunitários, ONGs e entidade de ensino e pesquisa.

A primeira oficina tratou de resgatar as motivações da criação do observatório e debateu o seu propósito, missão, valores, e princípios que deveriam nortear seu funcionamento e atuação. A segunda, abordou o modelo organizativos, as prioridades temáticas e os objetivos de longo prazo. A terceira tratou de consolidar a proposta do OMFCF, sua estrutura de governança e elaborou um plano de ação.

Após um trabalho de sistematização e consolidação dos resultados destes debates, realizou-se uma última reunião de validação dos resultados junto a um grupo representativo de participantes do processo e efetuou-se um lançamento público da plataforma do OMFCF em Belém, em agosto de 2017.

1.2. A ABORDAGEM DE ESTRATÉGIA

Existem várias abordagens e correspondentes métodos e formatos de configuração de Planejamento Estratégico. E mesmo dentro de uma abordagem existe a possibilidade de dar diferentes focos e ênfases, tais como:

- Definição da identidade de uma organização (Propósito, Missão, valores e visão);
- Definição de áreas temáticas/programáticas em face ao contexto;
- Definição de objetivos de mudança em áreas temáticas/programáticas já existentes ou definidas
- Objetivos de mudança organizacional e aprendizagem visando ampliar capacidades de leitura e de resposta a contextos complexos e de alta incerteza, etc.;
- Exploração e potencialização de inovações a serem buscadas e fortalecimento de estratégias emergentes que começam a tomar forma na organização.

2. No caso do OMFCF, considerando os debates envolvendo diferentes atores sociais que resultaram na sua proposição, tratou-se de dar maior consistência e forma à decisão de sua constituição e desenhar uma estratégia programática de médio prazo (5 anos), bem como ações para a sua viabilização no curto prazo (2 anos). Neste sentido, o formato adotado de planejamento estratégico conteve:

- Uma consolidação das análises de contexto em relação aos principais gargalos/problemas e oportunidades, bem como do leque de atores chave envolvidos no tema/situação, que amparam a percepção da oportunidade e da relevância da criação do Observatório;
- A definição/consolidação da **natureza e identidade** (propósito, missão, valores) do observatório considerando as múltiplas demandas e necessidades que o campo dos atores envolvidos no manejo projetam sobre ele, incluindo aqui a indicação da natureza dos **serviços e ações** do observatório coerentes com a identidade definida;
- Definição das **áreas temáticas/programáticas** em que irá atuar e os objetivos de mudança nestes temas/áreas – os **objetivos estratégicos** – indicando claramente as mudanças a serem promovidas/perseguidas num horizonte de 5 anos;
- Definição de **metas de construção organizativa e institucional** (Objetivos institucionais) num horizonte também de 2 anos;
- Definição preliminar de uma proposta de **governança capaz de gerir o processo de construção organizativa e institucional**
- Um **plano de ação** voltado para o alcance dos objetivos estratégicos e das metas organizativas/institucionais;
- Um **plano orçamentário para um horizonte de 2 anos**, com uma visão das necessidades de recursos e possíveis fontes a serem mobilizadas.

A seguir, uma compilação dos elementos acumulados nas três oficinas realizadas com as várias organizações e depois trabalhados pela consultoria e pela equipe do IEB.

2. ANÁLISE DE CONTEXTO

2.1. OPORTUNIDADES

Políticas públicas em âmbito nacional

- A Agenda do Manejo Florestal é importante para o Brasil, pois integra um conjunto de ações possíveis e necessárias para que se cumpram os compromissos internacionais de redução do desmatamento e de alcance da meta global de redução de GEE estabelecida na NDC: redução de 37% nas emissões até 2025, tendo como ponto de partida as emissões de 2005.
- Alguns estados da Amazônia com maior incidência de planos de manejo em territórios comunitários têm sinalizado com ações pontuais na estruturação de uma agenda de fomento (p.ex. Acre, Amazonas, Pará e Amapá) que se encontram em estágios diferenciados de implementação.
- Existem alguns espaços de discussão, sobretudo colegiados formais relacionados à implementação de políticas públicas, sobre a agenda florestal.
- Na esfera federal, o Serviço Florestal Brasileiro é responsável pelas conduções da Comissão de Gestão de Florestas Públicas CGFLOP e pelo Grupo de Trabalho do Programa Federal do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Políticas públicas no PA

- No Pará, o IDEFLOR-Bio é responsável por conduzir a Comissão Estadual de Florestas (COMEF), Comissão Estadual de Extrativismo (COMEX) e Câmara Técnica Setorial Florestal. De um modo geral, estes espaços são dedicados a discussões de agendas mais abrangentes, principalmente do planejamento e regulamentação das concessões florestais e para discutir ajustes no rito do licenciamento do manejo florestal, sobretudo em escala empresarial.
- Por outro lado, o Governo do Estado do Pará tem assumido vários compromissos na estruturação de uma agenda ambiental. A criação da Secretaria Extraordinária do Programa Municípios Verdes promove discussões sistemáticas na agenda de combate ao desmatamento. Outra iniciativa da agenda governamental reside na estruturação de um grupo de trabalho para discutir a elaboração de um programa para o Desmatamento Líquido Zero até 2020. Nessa mesma linha, o governo lançou, recentemente, um plano estratégico para fomentar o desenvolvimento sustentável (Pará 2030).
- Institucionalidade com várias expertises (monitoramento, assessorias técnicas, articulação de processos, etc.);
- **Instalação do Núcleo de questões agrárias e fundiárias do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)** – constituído em julho de 2017, o Núcleo funcionará como espaço institucional permanente de debate, enfrentamento e tratamento dos conflitos. Entre suas atribuições estão a articulação e a interlocução entre o MPPA e órgãos ligados às temáticas agrárias e fundiárias, suporte às atividades das promotorias agrárias instaladas no Pará, institucionalização de fóruns de debate sobre a matéria e enfrentamento da problemática por meio da elaboração de projeto pioneiro de Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários nas Promotorias Agrárias;
- **Processo jurídico/administrativo dentro do MPPA**, o qual objetiva apurar, junto aos órgãos responsáveis pela gestão florestal no Pará, a ausência de conclusão da PEMFCF no Estado, iniciada em 2012. No âmbito do processo, foi estabelecido com o IdeflorBio um cronograma para aprovação de um decreto que institua a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
- Potencial interação com ações de órgãos responsáveis pela gestão e licenciamento ambiental.

Potencial do MFCF no PA

- O estado do Pará é o estado maior produtor de madeira tropical da Amazônia Legal. A maior parte de seu território, que mede mais de 1,2 milhões de hectares, está sob controle de produtores familiares, sejam estes ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, populações tradicionais, colonos, agricultores familiares, posseiros e indígenas. Cerca de 890km² (72% do seu território) coberto por floresta com grande vocação para a produção de produtos e serviço florestais, a partir de uma econômica baseada em manejo florestal sustentável. Cerca de 306 km² estão protegidos sob regime de unidades de conservação de uso sustentável. Essas áreas estão sobre domínio de comunidades e povos tradicionais e, em porção menor, de assentamentos,
- O Pará é o principal produtor de madeira em tora da Amazônia, respondendo por cerca de 47% do volume de madeira em tora consumido anualmente. Em 2010, o Estado produzia cerca de 6,6 milhões de metros cúbicos de madeira em tora ou 2,6 milhões de metros cúbicos de madeira processada, gerando uma renda estimada em UU\$ 1,1 bilhão e aproximadamente 92 mil empregos. Parte dessa produção poderia ser oriunda do manejo florestal comunitário e familiar.
- O Pará teria aproximadamente 277 mil Km com cobertura florestal com potencial para o MFCF, considerando que as áreas protegidas de uso sustentável (Florestas Nacionais – Flonas, Florestas Estaduais–Flotas, Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS, Reserva Extrativista-Resex, Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos-PA), são de domínio comunitário e, preferencialmente, destinadas ao manejo florestal comunitário e familiar. Em cálculos conservadores de disponibilidade dessas áreas para a produção florestal familiar¹ o MFCF teria algo entorno de 88 mil km aptos para a produção comunitária. O restante, cerca de 60 mil km, estaria destinado ao manejo empresarial (Tabela 1)

Tabela 01: Potencial de Florestal para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Estado do Pará (Adaptado de Amaral, 2016³).

Categoria Fundiária	Área (Km ²)	Empresarial	Comunitário	%	% do Estado
Flona e Flotas	117.320	58.651	23.4605	(50%-20%)	9,4
APA	48.355		24.177	50%	3,9
Resex	37.284		18.642	50%	3,0
PDS	793		396	50%	0,1
Assentamentos	73.324		21.997	30%	5,9
Total	277.059	58.651	88.277		22,2
Volume potencial de madeira (m ³)*		4.667.094	15.870.498		

*Considerando (20 m³/ha e ciclo de 30 anos para empresa e 10 m³/ha e ciclo de 10 anos para MFC)

2.2. AMEAÇAS

Dinâmica Econômica

- Pará – no estado, o setor florestal, especialmente o madeireiro, tem o predomínio da atividade de exploração de madeira sem a adoção de manejo florestal sustentável e ilegal, predominantemente pautada por atividade empresarial. Esse cenário coloca em risco o futuro da floresta e ameaça o Estado a ser excluído do mercado florestal, por não cumprir com os requisitos socioambientais, principalmente de mercados internacionais.
- Não regularização dos territórios e/ou ameaças nos territórios regularizados ou em processo de, porém ameaçados.

Percepção/imagem da agenda

- A Agenda do manejo florestal comunitários ainda é confundida com uma espécie de "autorização" para o desmatamento no senso comum da população e na visão de alguns setores conservacionistas. A associação do MFCF com práticas sustentáveis de utilização de recursos madeireiros e não madeireiros ainda é algo a ser construído e disseminado mais amplamente.

¹ Estimativa: Flonas e Flotas de 20% a 50%; Resex e PDS 50% e assentamentos 30%),

Políticas Públicas

- Agenda não tem prioridade dos Governos Estadual e Federal.
- Inércia das políticas públicas para fomentar a atividade. Foi formulado o Programa Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar que apresenta baixo nível de efetividade, carecendo de um planejamento articulado com os diversos setores governamentais envolvidos com as agendas de reforma agrária e agroextrativista.
- Algumas instâncias mais próximas à agenda do manejo florestal comunitário e familiar estão em refluxo, como, por exemplo, o Grupo de Trabalho do Programa Federal do Manejo Florestal Comunitário e Familiar que não reúne desde 2011. Quanto à COMEX, encontra-se há mais de dois anos sem reunir.
- No Governo Estadual do PA a agenda está localizada numa instância com baixo poder de decisão. Há várias iniciativas de articulação institucional para o MFCF no PA, mas que têm agendas difusas e pouca efetividade nas ações, com alto risco de descrédito

2.3. FORÇAS DO CAMPO

- As florestas públicas comunitárias e familiares, sobretudo territórios indígenas, têm uma enorme relevância na proteção florestal. Estes territórios têm demonstrado eficácia em resistir às pressões desmatamento no Brasil. As florestas públicas comunitárias ocupam uma área de, aproximadamente, 124.571.597 milhões de hectares e envolvem um contingente demais de dois milhões de pessoas, compostas por povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária (SFB,2013).
- Há iniciativas em Unidades de Conservação que já receberam certificação FSC, como o caso da Reserva Extrativista Verde para Sempre, em Porto de Moz e Floresta Nacional do Tapajós, em Belterra

2.4. FRAGILIDADES

- Organizações comunitárias não possuem articulação entre si. As organizações de representação e articulação existentes estão vivenciando dificuldades de representação e de sustentação material e política
- As organizações de representação dos comunitários não têm participado da Comissão Estadual de Florestas/COMEF.
- A sociedade civil, considerando as representações comunitárias e as Ongs que atuam no campo socioambiental, não tem articulações em torno do tema e não priorizam essa agenda na sua incidência apolítica.
- As organizações que atuam no tema o fazem individualmente e não possuem uma estratégia concertada entre elas
- As comunidades que praticam o MFC não têm acesso a informação sobre as políticas e as iniciativas que foram ou estão sendo tomadas nem sobre seu estado atual.

2.5. DESAFIOS

- Considerando o contexto e a perspectiva de fortalecer as práticas de MFCF, um conjunto de desafios aparece como prioritário:
 - Regularização Fundiária e a garantia de posse e uso do território;
 - Licenciamento de planos de manejo;
 - Criação e manutenção de políticas de apoio

- Mudança nas percepções da opinião pública, mídia e atores chaves sobre o MFCF e sua importância dos pontos de vista econômico, ambiental, social e cultural
- Fortalecimento das organizações comunitárias;
- Acesso a financiamento;
- Disponibilidade e o acesso a assessoria técnica competente em MFCF;
- Acesso a mercados

2.6. ATORES CHAVES / POSICIONAMENTOS

Sociedade Civil

- O Instituto Floresta Tropical (IFT) realiza ações de capacitação sobre técnicas de impacto reduzido a públicos diversos (gestores públicos, lideranças comunitárias, empresários, profissionais liberais, etc.) que atuam na área de manejo florestal. Além disso, tem liderado um processo de articulação interinstitucional para promoção do manejo em uma unidade de conservação no território do Marajó (GT-Marajó). Recentemente, o Instituto tem se lançado para operacionalizar planos de manejo na linha de constituir arranjos técnicos e índices de produção locais para consolidar sistemas de manejo comunitário e familiar. Um exemplo dessas ações será a implementação das operações florestais em seis planos de manejo na Reserva Extrativista Verde para Sempre, em Porto de Moz, na safra 2016-2017.
- A Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) tem, também, prestado serviços de operacionalização de planos de manejo em outros territórios: sejam de florestas comunitárias (p.ex. PA Moju, em parceria com o IPAM), ou áreas sob concessões florestais (p.ex. Flona Altamira, em associação com a empresa concessionária Morais de Almeida). Além disso, a experiência da Cooperativa tem influenciado em novos arranjos organizacionais para o manejo e comercialização de produtos florestais.
- O IPAM tem desenvolvido ações que buscam articular o manejo florestal com os demais sistemas produtivos dos agricultores familiares no Projeto de Assentamento Moju, região em torno de Santarém. Essa experiência tem o potencial de alavancar lições importantes acerca do “lugar” do manejo nos sistemas de produção e estratégia de reprodução camponesa na Amazônia. Além disso, lidera uma articulação sobre o controle social do Programa Assentamentos Verdes, do INCRA.
- A Embrapa Amazônia Oriental, em associação com a Universidade Federal do Pará têm enveredado esforços para retomar o manejo florestal no Assentamento Virola Jatobá, em Anapú a partir de ações de articulação interinstitucional e capacitações. Essas atividades buscam incidir sobre o marco regulatório para o manejo florestal em assentamentos, bem como consolida arranjos técnicos locais para implementação de planos de manejo. Além disso, realizam pesquisas sobre a qualidade do manejo a partir do monitoramento dos impactos das operações de manejo desenvolvido no Assentamento.
- Ainda, em Anapú, a Fundação Roberto Marinho tem desenvolvido processos de capacitação a técnicos extensionistas para o manejo florestal comunitário.
- O Imazon tem desenvolvido estudos sobre os ritos para o licenciamento e qualidade dos planos de manejo tanto empresarial quanto comunitários. Além disso, aporta informações sobre pressões do desmatamento e as estatísticas relacionadas à implementação do manejo florestal no Estado do Pará.
- O IEB atua na articulação interinstitucional de organizações da sociedade civil e de constituição de espaços de discussão envolvendo outros atores (órgãos governamentais e setores da iniciativa privada) com incidência sobre o tema. A proposta de estruturação do Observatório visa articular o conjunto das iniciativas desenvolvidas pelos parceiros em um espaço ampliado de acompanhamento da agenda do manejo em florestas comunitárias. Além disso, o Instituto tem se dedicado à realização de estudos estratégicos, assessorias (técnicas e gerenciais) à implantação de planos de manejo e obtenção de certificação socioambiental (FSC) e ao desenvolvimento de programas de educação e formação sobre o manejo florestal abrangendo o conjunto dos territórios de incidência dos parceiros.
- As organizações comunitárias do Região da Transamazônica e Xingu (p.ex. Associação Virola Jatobá-AVJ, Cooperativa de Produtores Agrícolas, Orgânicos e Florestais – COOPAF, Cooperativa Mista Nossa Senhora do Perpetuo Socorro-COOMNSPRA e Comitê de Desenvolvimento Sustentável-CDS), Oeste do Pará (p.ex. Tapajoara, Rede Intercomunitária Almeirim em Ação, Associação de Moradores da Comunidade Morada Nova) e Marajó (p.ex. Associação dos Moradores da Gleba Acutipereira-ASMOGA, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acutipereira-ATAA, Rede de Mulheres Ribeirinha do Marajó-REMAR) situadas em territórios de grande influência de florestas comunitárias têm implementado planos de manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, além de serem atores sociais estratégicos para a gestão de recursos naturais no Estado.

Estado

- No âmbito Federal o Serviço Florestal Brasileiro assume o desafio de reestruturar o Programa Federal do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.
- O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade elege entre seus desafios na gestão de unidades de conservação de uso sustentável a implementação de planos de manejo por associações e cooperativas. Uma agenda de fomento articulada por estes dois órgãos encontra-se em andamento na Reserva Extrativista Verde para Sempre, apoiando o fortalecimento organizacional para a execução de seis planos de manejo madeireiros.
- Há potencial aderência da agenda de MFC na implementação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas a ser implementado pelo Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente.
- O INCRA...
- No Estado do Pará encontra-se em discussão a elaboração do Programa Estadual de apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Trata-se de uma iniciativa articulada junto ao O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará.
- O Ministério Público do Pará, por meio do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) um Processo Administrativo com objetivo apurar, junto aos órgãos responsáveis pela gestão florestal no Pará, a ausência de conclusão da PEMFCF no Estado, iniciada em 2012. No âmbito do processo, foi estabelecido com o Ideflor-bio um cronograma para aprovação de um decreto que institua a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Mercado/setor empresarial

- Empresas concessionárias de florestas públicas no Pará e oriundas da certificação FSC demonstram grande interesse no estabelecimento de relações comerciais com empreendimentos comunitários no Estado do Pará. O estabelecimento de uma matriz de desenvolvimento a partir destas interações tem sido objeto de discussões na a Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura, por meio do Grupo de Trabalho Economia da Floresta Tropical.

3. IDENTIDADE – MISSÃO, VISÃO E VALORES

3.1. MISSÃO

As expectativas iniciais em torno do OMFCF eram muito grandes, expressando um desejo de que ele pudesse dar conta do conjunto dos desafios do campo que defende/promove o manejo florestal comunitário e familiar: produzir informação qualificada, monitorar políticas públicas, articular o campo sociopolítico, fortalecer as organizações e iniciativas de base, apoiar a incidência política, dar visibilidade à agenda. Este conjunto amplo de expectativas está muito além da capacidade de qualquer espaço, fórum ou observatório, mas expressa claramente uma necessidade deste momento histórico. O desafio é definir qual pode ser o papel, a contribuição relevante e específica deste OMFCF diante destes grandes desafios.

Neste sentido, a formulação de Missão do OFMC é a seguinte:

O OMFCF é uma iniciativa que articula diversas organizações da sociedade civil, institutos de ensino, pesquisa e comunidades que tem por missão promover o manejo florestal como uma estratégia relevante, consistente, viável, para a sustentabilidade da região amazônica, na perspectiva de contribuir para a valorização e garantia dos direitos e dos modos de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia para a construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, social e economicamente justo.

Para tanto, o observatório terá como atividades a geração, gestão e disseminação de informações qualificadas, a realização de Estudos e pesquisas, o monitoramento de políticas públicas, o encaminhamento de demandas de referentes a defesa do território de comunidades manejadoras, a realização de debates públicos e ações de formação e capacitação de comunidades, organizações da sociedade civil e agentes públicos e privados.

3.2. VISÃO

Ser uma rede de promoção do Manejo Florestal Comunitário e Familiar consolidada no Estado do Pará que é uma referência no tema, fortalece as comunidades para a incidência política e se prepara para atuar em toda a Amazônia brasileira.

3.3. VALORES / PRINCÍPIOS

- Visão integrada do MFCF como prática conservacionista e alinhada com a agroecologia, a soberania e segurança alimentar;
- Defesa permanente dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e dos territórios onde estão inseridas as Florestas Comunitárias;
- Orientação pelas necessidades e prioridades que incidem nos territórios onde vivem os comunitários manejadores florestais;
- Promoção da igualdade de gênero e valorização da juventude;
- Governança participativa e majoritariamente de comunitários;
- Consistência e credibilidade das informações e análises.

3.4 SERVIÇOS E LINHAS DE AÇÃO

As linhas de atuação e os serviços centrais ou mais relevantes que serão implementados pelo observatório serão os seguintes:

- Gestão e disseminação de informações qualificadas (inclui publicações, campanhas, feiras de divulgação de produtos, produção audiovisual, sites ou plataformas, etc.);
- Estudos e pesquisas (próprias, em parcerias, etc.);
- Monitoramento de políticas públicas (manejo florestal e temas afins como agroecologia e soberania segurança alimentar);
- Ações de formação e capacitação de comunidades, organizações da sociedade civil e agentes públicos e privados (inclui cursos, intercâmbios, seminários, cursos online, webseminários, etc.);
- Promoção de debates públicos (inclui seminários, congressos);
- Articulação de assessoria técnica e jurídica para apoiar as demandas do manejadores florestais comunitários.

4. TEORIA DA MUDANÇA E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1 . TEORIA DA MUDANÇA

Os objetivos de longo prazo do OMFCF, vinculados à sua Missão, são o reconhecimento e a adoção do MFCF como uma estratégia relevante, consistente e viável para contribuir com o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo da Amazônia, por um lado, e a garantia dos direitos sociais e territoriais dos AF, povos e comunidades tradicionais da Amazônia que praticam o MFCF, por outro.

O Observatório pretende avançar nesta direção por meio de processos de produção de informações e análises qualificadas sobre o MFCF que qualifiquem tanto os agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, ONGs, instituições de pesquisa, como também técnicos e gestores públicos, profissionais da mídia e outras organizações da sociedade civil.

As ações chave nesta perspectiva serão:

- o monitoramento de políticas públicas relacionadas ou com potencial de impacto em práticas de manejo florestal comunitário, tais como política fundiária, florestal, agrícola, agroecológica, ambiental e florestal, UCs, desenvolvimento regional, entre outras
- a sistematização dos acúmulos e aprendizados técnicos e metodológicos das práticas de manejo realizados por AF e PCTs bem como das Ongs e instituições de pesquisa;
- ações de formação e capacitação técnica metodológicas tais como cursos, oficinas, intercâmbios
- realização de eventos de troca e disseminação de informações junto a atores diversificados, tais como seminários, encontros,
- campanhas públicas de apresentação e valorização das práticas de manejo, seus protagonistas e os resultados que promovem
- organização e promoção de acesso amplo e público a bases de dados, informações e estudos sobre o MFCF

Tais ações pretendem tanto dar disseminar informações consistentes como sensibilizar atores chave como gestores, mídias e opinião pública e mesmo os atores do campo agroecológico, que ainda veem com reservas as praticas de MFCF

Na perspectiva de apoio às demandas de segurança em relação aos territórios, o OMFCF apoiara a articulação de iniciativas e atores que possam orientar tanto técnica quanto juridicamente os pleitos específicos e coletivos das comunidades manejadoras.

Espera-se que este conjunto de ações também resulte tanto no aprimoramento das práticas propriamente dita de manejo, como no incremento dos processos de troca e articulação que, a médio prazo, produzam redes mais consolidadas e capazes de promover a definição de estratégias comuns de promoção do MFCF bem como de incidência política

Com atores sensibilizados e informados, com os resultados das práticas de manejo mais conhecidos e disseminados e atores mais articulados, espera-se que haja uma participação mais ativa, propositiva e qualificada dos atores do MFCF no sentido da pressão por políticas públicas, seja diretamente junto aos gestores e instâncias públicas seja em espaços de participação e controle social. No entanto, tem-se como suposição de que estes espaços sigam existindo e que não existam retrocessos, processos de desmonte ou esvaziamento.

Tais ações de incidência poderão estimular o desenvolvimento de políticas públicas de apoio e promoção do MFCF, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. Tais políticas podem tanto permitir o acesso de AF e comunidades a serviços, recursos e equipamentos públicos que ampliem as possibilidades e as garantias para o MFCF, tais como crédito, mecanismos de desenvolvimento, beneficiamento e comercialização dos produtos do manejo, como também os elementos relativos à segurança quanto à posse, uso e acesso aos territórios e seus recursos.

Este conjunto de fatores possibilitará tanto a afirmação do MFCF como uma prática sustentável como a sua disseminação ampla pela região Amazônica, contribuindo assim para que sejam valorizadas como uma das estratégias relevantes para o desenvolvimento sustentável da região como para a afirmação e garantia dos direitos territoriais das comunidades manejadoras. Temos aqui como suposição de que exista um marco

normativo que assegure estes direitos e que não implique em perdas de direitos ou liberação destes territórios para a exploração privada por parte de empresas.

Para um horizonte de 5 anos, numa perspectiva de progressão e de combinação de dimensões chave destes processos, o OMFCF definiu 4 objetivos estratégicos com respectivos indicadores:

1. Fortalecer e qualificar as estratégias dos atores em prol do MFCF, através do monitoramento de políticas públicas, produção e disseminação de informações, sistematizações de experiências e análises

Indicador 1.1 – Quantidade de produtos finalizados e de acessos a estudos, *papers* e sistematizações e bases de dados

Indicador 1.2 – Quantidade de AF e Comunidades e ongs que declaram ter aprimorado suas práticas de MFCF a partir de informações ou debates que acessaram via OMFCF

2. Promover a articulação de redes para o compartilhamento de informações e a definição de estratégias comuns de ação entre comunidades, ONGs e institutos de ensino/pesquisa da Amazônia que atuam em prol do MFCF

Indicador 2.1 – Quantidade e tipo de planos de ação ou campanha definidos em comum entre as organizações que participam do OMFC

Indicador 2.2 – Quantidade e tipo de instituições incidindo juntas e com posicionamentos comuns sobre temas chave definidos pelo Observatório anualmente.

3. Promover o aumento da participação de comunitários e representantes da sociedade civil em espaços públicos chave de debate, com a proposição de soluções aos problemas de implementação das políticas públicas.

4. Indicador 3.1 – Quantidade de espaços de diálogo e de controle social de políticas públicas em que os representantes de AF, PCTs e de Institutos de pesquisa tem assento, por âmbito (estadual ou federal)

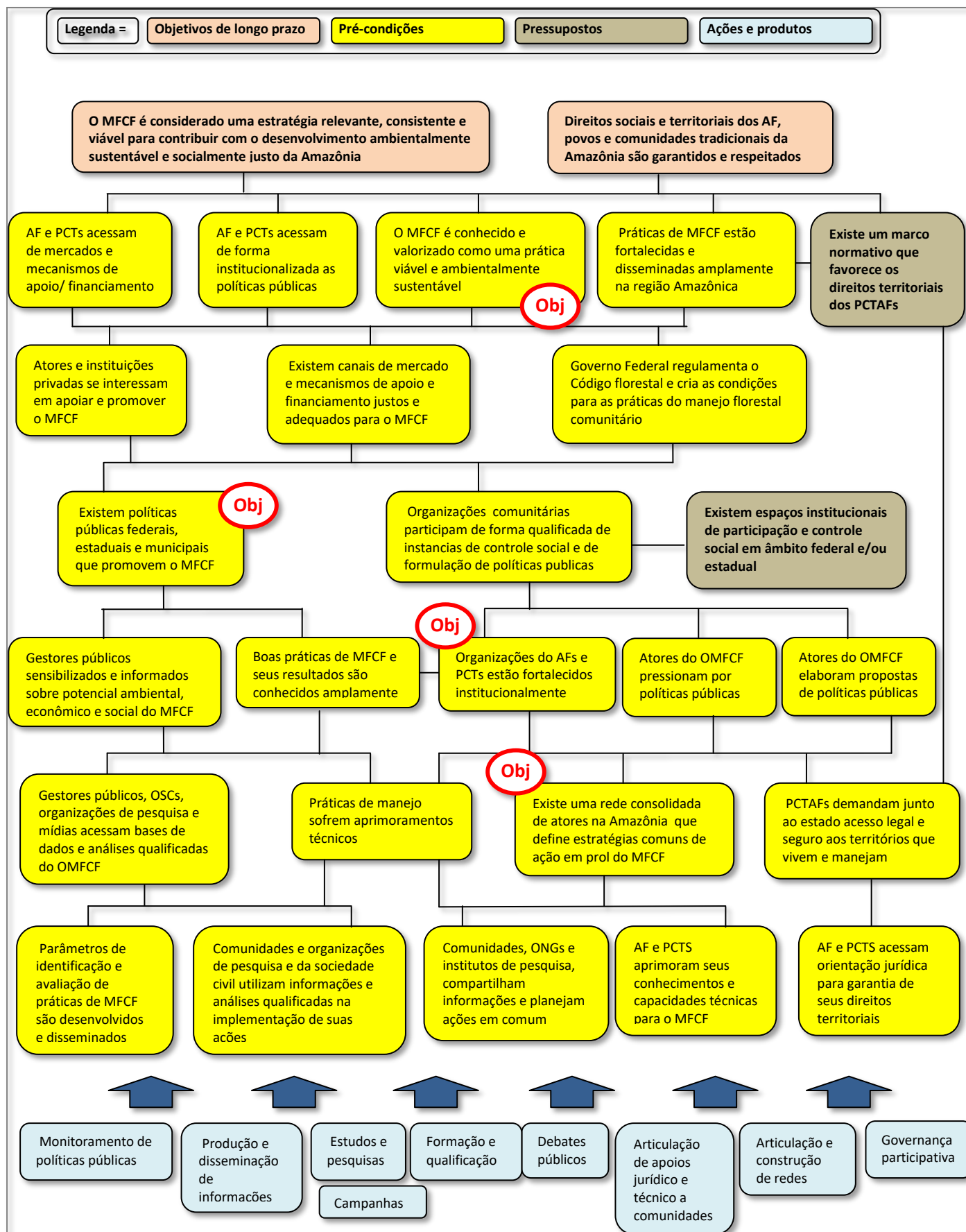
Indicador 3.2 – Quantidade e tipo de propostas formais e documentadas de programas, políticas e normas apresentadas nos espaços de diálogo e de controle social

5. Promover o reconhecimento e a valorização do MFCF como uma prática viável e sustentável de uso de recursos naturais na Amazônia por parte da opinião pública, das grandes mídias, das organizações civis do campo socioambiental e gestores públicos

Indicador 4.1 – Quantidade e tipos de menções ao MFCF como prática sustentável

Indicador 4.2 – Centimetragem na mídia relativa a referências positivas acerca do MFCF, seu potencial e resultados

Figura 1 – Representação visual da Teoria de Mudança do OMFCF



4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O OMFCF terá como estratégia promover mudanças em três grandes campos, que se fortalecem mutuamente:

1. Fortalecimento das práticas de MFCF de uso múltiplo;
2. Advocacy/Incidência voltada para buscar valorização e o apoio ao MFCF;
3. Desenvolvimento Institucional do Observatório.

Nestes campos, os objetivos estratégicos num horizonte de 5 anos são:

Fortalecimento das práticas de MFCF de uso múltiplo

1. Fortalecer e qualificar as estratégias dos atores em prol do MFCF, através do monitoramento de políticas públicas, produção e disseminação de informações, sistematizações de experiências e análises
2. Promover a articulação de redes para o compartilhamento de informações e a definição de estratégias comuns de ação entre comunidades, ONGs e institutos de ensino/pesquisa da Amazônia que atuam em prol do MFCF

Incidência Política

3. Promover a formulação, o debate e a implementação de políticas públicas em âmbitos federal e estadual de apoio e promoção ao MFCF
4. Promover o reconhecimento e a valorização do MFCF como uma prática viável e sustentável de uso de recursos naturais na Amazônia por parte da opinião pública, das grandes mídias, das organizações civis do campo socioambiental e gestores públicos

Desenvolvimento Institucional

5. Consolidar uma estrutura de governança participativa, descentralizada, e legitimada pelo conjunto de atores amazônicos envolvidos na sua criação
6. Estruturar material e operacionalmente o OMFCF e construir uma base diversificada de parcerias e apoios que lhe dá sustentação política e financeira

Consolidação da estratégia de longo e curto prazos

Campo	Objetivos para 5 anos	Estratégias de ação	Metas e Atividades para 2 anos
<p>Fortalecimento das práticas de MFCF de uso múltiplo</p>	<p>1. Fortalecer e qualificar as estratégias dos atores em prol do MFCF, através do monitoramento de políticas públicas, produção e disseminação de informações, sistematizações de experiências e análises</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento sistemático de políticas públicas e marcos legais relacionados e/ou com impactos para o manejo florestal em nível federal e estadual • Desenvolvimento de estudos, pesquisas, mapeamentos e sistematizações • Estruturação e gestão de bases de dados e plataformas de consulta/acesso a informações sobre o MFCF • Eventos de formação/capacitação de comunidades, organizações e profissionais da área • Consolidação de orientações técnicas para o MFCF 	<p>Meta 1 – Existe um mapeamento das principais experiências de manejo florestal comunitário no PA, suas características e principais gargalos/desafios;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de 1 Levantamento/mapeamento ou cartografia social das principais experiências de MFCF no PA, revelando o papel das mulheres e o envolvimento da juventude • Realização de 1 estudo das cadeias de produtos florestais de uso múltiplo • Realização de oficina(s) para a definição de uma estratégia de longo prazo de investigação/produção de informações <p>Meta 2– Existe uma proposta para o monitoramento de políticas e a produção sistemática de informações e análises sobre o MFCF;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenho e planejamento de uma base de dados e uma plataforma para difusão sistemáticas de informações e análises • Levantamento do estado da arte das políticas públicas e iniciativa/agendas quanto ao marco legal relativas ou com impacto potencial no Manejo florestal • Oficina(s) para definição e planejamento de principais linhas/áreas e ações de monitoramento • Levantamento das demandas e necessidades de qualificação/capacitação junto às comunidades e organizações, como subsídio para elaboração de um programa de formação/qualificação • Monitoramento da implementação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar <p>Meta 3- Elaborado um projeto para apoiar o sistema de monitoramento do MFCF no Pará</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de parcerias e diálogo com atores que podem contribuir nas definições estratégicas e na execução • Busca de apoio e diálogo com vários setores para o financiamento do projeto de monitoramento

Campo	Objetivos para 5 anos	Estratégias de ação	Metas e Atividades para 2 anos
	<p>2. Promover a articulação de redes para o compartilhamento de informações e a definição de estratégias comuns de ação entre comunidades, ONGs e institutos de ensino/pesquisa da Amazônia que atuam em prol do MFCF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos de diálogo e articulação entre organizações do campo do manejo florestal • Intercâmbios ente comunidades e organizações • Diálogos com outras redes do campo da agroecologia e do socioambientalismo 	<p>Meta 4 – Estabelecidos contatos com interlocutores-chave das principais organizações, redes e articulações do campo da agroecologia e do socioambientalismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de contatos e participação em eventos de redes de agroecologia na Amazônia e no Brasil • Identificação de grupos de mulheres e jovens manejadores florestais e realização de intercâmbios
<p>Incidência Política</p>	<p>3. Existem políticas públicas em âmbito estadual e federal de apoio e promoção ao MFCF que estão sendo debatidas e/ou implementadas com base em análises e propostas formuladas pela articulação de atores que integram o observatório</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos de divulgação/difusão de informações • Articulação de parcerias voltada para a defesa de territórios em casos críticos ou emblemáticos • Disseminação • Produção de materiais audiovisuais • Articulação para incidência política nas instâncias colegiadas governamentais e não governamentais que incidem sobre a agenda do MFCF 	<p>Meta 5- Mapeados e acompanhados os principais processos em curso e atores chave no âmbito federal e estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em eventos • Contatos e reuniões com gestores públicos • Levantamento das principais ameaças ao direito de posse, acesso e uso dos territórios por parte das comunidades e grupos de manejadores <p>Meta 6 - Ter participado ativamente da implementação da Política Estadual do MFCF do Pará</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em todas as reuniões da COMEF • Participação na instância de controle social da Política Estadual do MFCF • Participação e democratização nas definições de alocações de recursos do Fundeflor
	<p>4. Promover o reconhecimento e a valorização do MFCF como uma prática viável e sustentável de uso de recursos naturais na Amazônia por parte da opinião pública, das grandes mídias, das organizações civis do campo socioambiental e gestores públicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e implementação de estratégias de comunicação inovadoras • Campanhas de informação • Contatos e articulações com personalidades e influenciadores (mídias e redes digitais) 	<p>Meta 7– Plano de comunicação implementado e atualizado com base nos resultados alcançados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficinas para o balanço da implementação e dos resultados do plano de comunicação e seu aprofundamento e diversificação, em vista da difusão e promoção do MFCF <p>Meta 8 - Formulada estratégia da Campanha para promoção do MFCF</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de parcerias e elaboração de um projeto que apoiará a campanha de promoção do MFCF • Busca de apoio e diálogo com vários setores para o financiamento específico da campanha de promoção do MFCF

Campo	Objetivos para 5 anos	Estratégias de ação	Metas e Atividades para 2 anos
Desenvolvimento Institucional	5. Consolidar uma estrutura de governança participativa, descentralizada, e legitimada pelo conjunto de atores amazônicos envolvidos na sua criação	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da estrutura e regras de governança e gestão • Implementação de sistemática de PMA • Definição de mecanismos e processos de participação descentralizada 	<p>Meta 9– Formulada e aprovada uma proposta de governança, um estatuto e regras e princípios de gestão política e organizativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões/oficinas para aprimoramento das estruturas de governança, estatuto e regimento interno do observatório • Realização de um encontro anual para balanço da implementação, apresentação e validação dos projetos para os próximos anos •
	6. Estruturar material e operacionalmente o OMFCF e construir uma base diversificada de parcerias e apoios que lhe dá sustentação política e financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica de revisão estratégica periódica e monitoramento e avaliação (PMA) • Elaboração e implementação de projeto de transição e consolidação institucional (1 a 2 anos) • Contatos com outras instituições e mobilização de recursos 	<p>Meta 10– O observatório possui um projeto formulado de financiamento de longo prazo (3 anos), negocia apoio com duas outras fontes e tem recursos garantidos para 1 ano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina para desenho de projeto(s) de 3 anos com base na estratégia de longo prazo • Contatos e negociações com fundos, fundações e organizações da cooperação nacional e internacional • Organização de espaço físico e material para as operações do observatório • Definição de uma política de parcerias e contratações de pessoas

5. PLANO DE AÇÃO (2017/2019)

Campo	Objetivos para 5 anos	Metas	Metas e Atividades para 2 anos	Ano 1												Ano 2													
Fortalecimento das práticas de MFCF de uso múltiplo	1. Comunidades e organizações de pesquisa e da sociedade civil utilizam informações e análises qualificadas na definição de suas estratégias de implementação de MFCF e de incidência política	Meta 1 – Existe um mapeamento das principais experiências de manejo florestal comunitário no PA, suas características e principais gargalos/desafios;	• Realização de 1 Levantamento/mapeamento ou cartografia social das principais experiências de MFCF no PA, revelando o papel das mulheres e o envolvimento da juventude	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x											
			• Realização de 1 estudo das cadeias de produtos florestais de uso múltiplo			x	x	x	x	x	x	X																	
			• Realização de oficina(s) para a definição de uma estratégia de longo prazo de investigação/produção de informações																										
		Meta 2 – Existe uma proposta para o monitoramento de políticas e a produção sistemática de informações e análises Sobre o MFCF;	• Desenho e planejamento de uma base de dados e uma plataforma para difusão sistemática de informações e análises									x	x	x	x	x	x	x	x	x									
			• Levantamento do estado da arte das políticas públicas e iniciativa/agendas quanto ao marco legal relativas ou com impacto potencial no Manejo florestal									x	x	x	x	x	x	x											
			• Oficina(s) para definição e planejamento de principais linhas/áreas e ações de monitoramento																										
			• Levantamento das demandas e necessidades de qualificação/capacitação junto às comunidades e organizações, como subsídio para elaboração de um programa de formação/qualificação																										
• Monitoramento da implementação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar																													

Campo	Objetivos para 5 anos	Metas	Metas e Atividades para 2 anos	Ano 1												Ano 2											
		Meta 3- Elaborado um projeto para apoiar o sistema de monitoramento do MFCF no Pará	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Construção de parcerias e diálogo com atores que podem contribuir nas definições estratégicas e na execução</i> 																								
			<ul style="list-style-type: none"> • <i>Busca de apoio e diálogo com vários setores para o financiamento do projeto de monitoramento</i> 																								
	2. Existe uma dinâmica/rede de atores na Amazônia envolvendo comunidades, ONGs e institutos de pesquisa, que compartilha informações e define estratégias comuns de ação	Meta 4 – Estabelecidos contatos com interlocutores chaves das principais organizações, redes e articulações do campo da agroecologia e do socioambientalismo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Realização de contatos e participação em eventos de redes de agroecologia no Brasil e na Amazônia</i> 																								
		<ul style="list-style-type: none"> • <i>Identificação de grupos de mulheres e jovens manejadores florestais e realização de intercâmbios</i> 																									
Incidência Política	3. Existem políticas públicas em âmbito estadual e federal de apoio e promoção ao MFCF que estão sendo debatidas e/ou implementadas com base em análises e propostas formuladas pela articulação de atores que	Meta 5 – Mapeados e acompanhados os principais processos em curso e atores chave no âmbito federal e estadual	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Participação em eventos</i> 																								
			<ul style="list-style-type: none"> • <i>Contatos e reuniões com gestores públicos</i> 																								
			<ul style="list-style-type: none"> • <i>Levantamento das principais ameaças ao direito de posse, acesso e uso dos territórios por parte das comunidades e grupos de manejadores</i> 																								
		Meta 6 - Ter participado ativamente da implementação da	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Participação em todas as reuniões da COMEF</i> 																								
			<ul style="list-style-type: none"> • <i>Participação na instância de controle social da Política Estadual do MFCF</i> 																								

Campo	Objetivos para 5 anos	Metas	Metas e Atividades para 2 anos	Ano 1												Ano 2											
	integram o observatório	Política Estadual do MFCF do Pará	<ul style="list-style-type: none"> Participação e democratização nas definições de alocações de recursos do Fundeflor 	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
	4. O MFCF é conhecido e valorizado como uma prática viável e sustentável de uso de recursos naturais na Amazônia por parte da opinião pública, das grandes mídias, das organizações civis do campo socioambiental e gestores públicos	Meta 7 – Plano de comunicação implementado e atualizado com base nos resultados alcançados	<ul style="list-style-type: none"> Realização de oficinas para o balanço da implementação e dos resultados do plano de comunicação e seu aprofundamento e diversificação, em vista da difusão e promoção do MFCF 																								
		Meta 8 - Formulada estratégia da Campanha para promoção do MFCF	<ul style="list-style-type: none"> Construção de parcerias e elaboração de um projeto que apoiará a campanha de promoção do MFCF 	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x												
			<ul style="list-style-type: none"> Busca de apoio e diálogo com vários setores para o financiamento específico da campanha de promoção do MFCF 	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Desenvolvimento Institucional	5. O Observatório conta com uma estrutura de governança participativa, descentralizada, em pleno funcionamento e legitimada pelo conjunto de atores amazônicos envolvidos na sua criação	Meta 9 – Formulada e aprovada uma proposta de governança, um estatuto e regras e princípios de gestão política e organizativa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões/oficinas para aprimoramento das estruturas de governança, estatuto e regimento interno do observatório 	x		x		x		x		x		X													
			<ul style="list-style-type: none"> Realização de um encontro anual para balanço da implementação, apresentação e validação dos projetos para os próximos anos 													x	X										
			<ul style="list-style-type: none"> Assessoria jurídica para o desenho de estatuto e regimento interno 									x	x	x	x	x											
	6. O Observatório tem conta com uma estrutura	Meta 10 – O observatório possui um projeto formulado	<ul style="list-style-type: none"> Oficina para desenho de projeto(s) de 3 anos com base na estratégia de longo prazo 												x	x	x	x	x								

Campo	Objetivos para 5 anos	Metas	Metas e Atividades para 2 anos	Ano 1												Ano 2													
	programática e operacional suficiente para a realização de suas ações e uma base diversificada de parcerias e apoios que lhe dá sustentação	de financiamento de longo prazo (3 anos), negocia apoio com duas outras fontes além do IEB e tem recursos garantidos para 1 ano	• <i>Contatos e negociações com fundos, fundações e organizações da cooperação nacional e internacional</i>											x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
• <i>Organização de espaço físico e material para as operações do observatório</i>						x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
• <i>Definição de uma política de parcerias e contratações de pessoas</i>						x	x	x	x	x	x																		